

Os leitores devem ter em conta a novidade representada pela publicação de crítica às autoridades

# O GRITO CAPIXABA DA INDEPENDÊNCIA

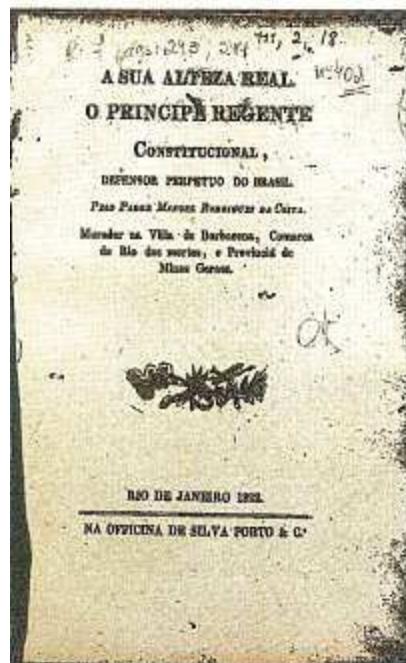
**LIVRO REÚNE PANFLETOS POLÍTICOS PUBLICADOS DE 1820 A 1823. DENTRE ELES, HÁ MATERIAL DE AUTORES CAPIXABAS**

**N**este ano de 2015, três historiadores, José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile, oferecem ao público grandiosa coletânea de fontes históricas da política oitocentista brasileira, organizada em quatro volumes, com mais de 700 páginas cada tomo. Com produção historiográfica consolidada sobre a imprensa política brasileira, o trio resolveu disponibilizar aos interessados os principais panfletos políticos publicados no Brasil entre os anos de 1820 e 1823, período em que circularam impressos responsáveis por verdadeira “guerra literária” pela independência. A palavra panfleto, contida no subtítulo da coletânea, não deve ser lida em seu sentido literal. A obra contempla cartas, análises, sermões, diálogos, manifestos e poesias, à época denominados pasquins, volantes, folhetos e outros vocábulos similares. Os organizadores adotaram como critério reunir impressos com menos de 50 páginas, separados em cada volume segundo o formato literário. Disponibilizaram, ainda, índice dos documentos, índice onomástico e notas biográficas sobre os autores dos panfletos.

Os leitores devem ter em conta a novidade representada pela publicação de crítica às autoridades numa terra em que a

imprensa fora interdita até a chegada da Família Real. A inovação incendiava o debate político com sua linguagem apaixonada, quando não violenta. Dirigidos à elite letrada, o conteúdo dos escritos compilados era lido nos lugares mais diversos, como barbearias ou tabernas, transbordando a polêmica para ruas e avenidas das cidades da América portuguesa. Dos mais de 350 panfletos incluídos na obra, identificaram-se 95 autores, dentre os quais se encontram dois capixabas, Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, com seu “Brasil Indignado”, e Manuel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, com o “Verdades sem Rebuço”. Os dois textos foram escritos em 1822, durante a conturbada conjuntura de declaração de permanência do príncipe Pedro no Brasil, entronizado em nossa história como o Dia do Fico.

Embora aparentados, o padre Marcelino Duarte e o desembargador Manuel Sampaio eram distantes socialmente. Ambos pertenciam à família Pinto Ribeiro, cujo tronco descendia de três irmãos portugueses emigrados para a antiga capitania do Espírito Santo no início dos Setecentos. Além de ocuparem importantes posições na governança, os primeiros Pinto Ribeiro se tornaram senhores de terras. Na trajetória da família, uma das estratégias de projeção no Império residia no provimento de educação universitária aos filhos, por



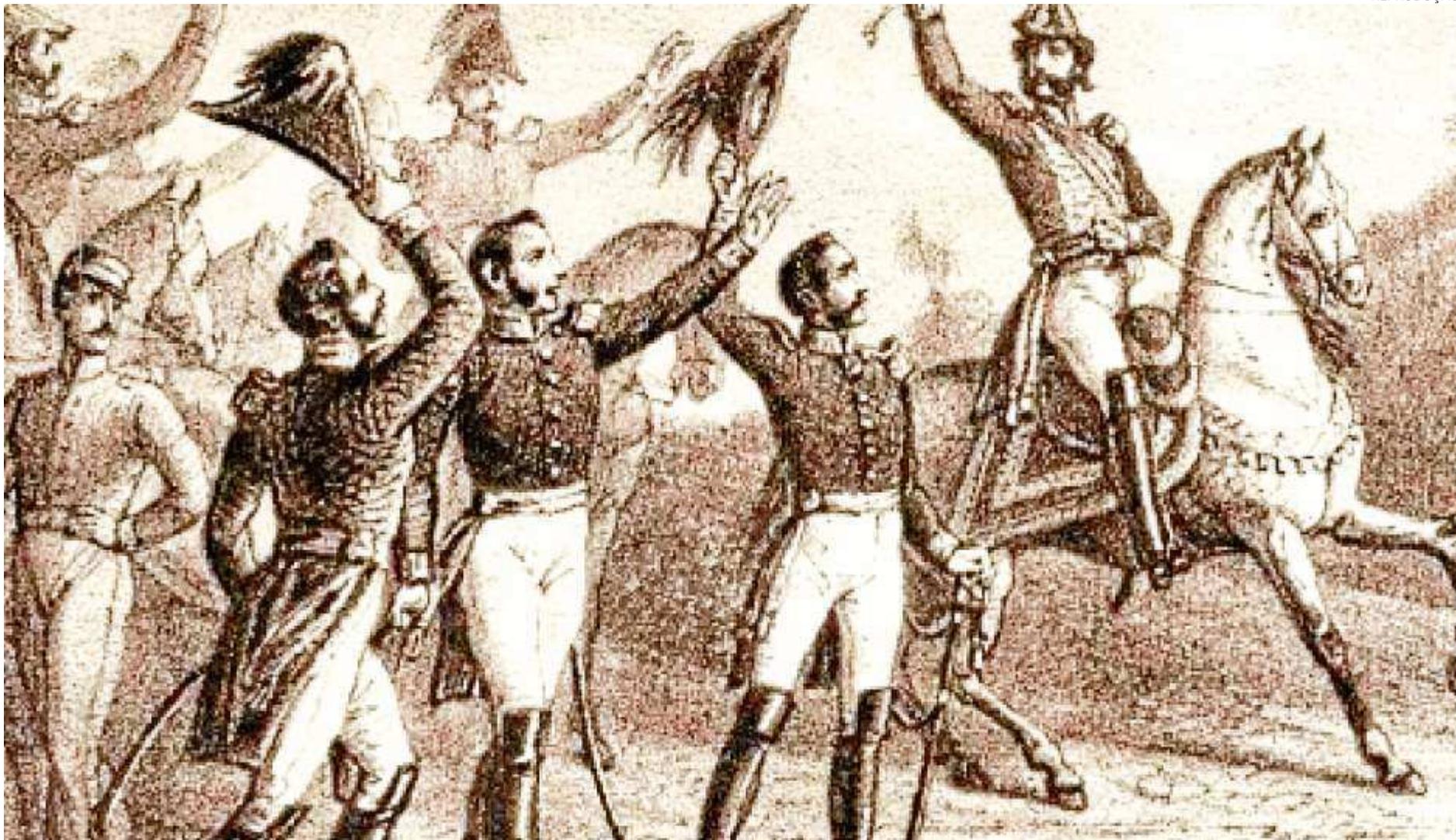
meio do qual alcançou um lente da Universidade Coimbra, Manuel Pinto Ribeiro, um Ouvidor da Capitania (e membro da Relação da Bahia), o desembargador José Pinto Ribeiro, e um desembargador elevado à condição de primeiro Presidente do Supremo Tribunal do Império, Manuel Pinto Ribeiro de Sampaio, autor de um dos panfletos da Independência.

Já Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, embora possuísse igual ascendência, detinha a condição de filho natural de Marcelino Pinto Ribeiro (mesmo nome dado ao filho), mais tarde convertido em padre. Frequentara o seminário de padres na Corte, sucedera ao pai na cadeira de Latim na capital da Província e, por divergências com Francisco Alberto Rubim, regente da capitania em 1817, exilou-se no Rio de Janeiro, que de morada temporária se transformara em definitiva. Nosso Bardo inquieto e radical, como denominou Afonso Claudio a Marcelino Duarte, travaria novos embates políticos na Corte por meio do jornal “O Exaltado”, afinado com o seu espírito rebelde. Nos panfletos “O Brasil Indignado” e “Verdades sem Rebuço”, os capixabas Marcelino Duarte e Manuel Sampaio expuseram em poucas páginas as ideias portadoras da nova cultura política constitucional. Antagonizavam-se com os corcundas, gente de ➤

por ADRIANA CAMPOS

## ades numa terra em que a imprensa fora interdita até a chegada da Família Real

REPRODUÇÃO



Ocorrida a Independência, o constitucionalismo se transformou, dessa feita, na garantia da liberdade do exercício da política no novo país

➤ “defeituosas” ideias que apoiavam o governo sem leis soberanas. Os capixabas também apresentaram em seus panfletos a sua contrariedade com o destino reservado ao Brasil pelas Cortes de Lisboa, definindo os traços do separatismo que se aceleraria naquele ano de 1822. Dirigiam-se aos residentes da América lusa como brasileiros, forjando o antigo apelido como nova nacionalidade. Por meio de linguagem direta e simples, sustentavam o discurso da autonomia com avocações de Rousseau a Paine e de Humboldt a Drey. Dos ombros desses gigantes, os capixabas enunciavam a “madureza” da sociedade brasileira, enquanto a portuguesa encontrava-se alquebrada pela “ancianidade”. Se por um lado, as insidiosas folhas mobilizavam opiniões de rompimento com a velha metrópole, por outro não ultrapassavam os umbrais da monarquia. A redação convertia o jovem príncipe em “César” e escolhido pelo “Supremo” para assegurar ao Brasil “sua existência política e sua Fortuna”.

Defensores, assim, da monarquia constitucional, esses agitadores políticos capixabas usavam a pena para convocar os brasileiros a reagirem contra o “sacrílego projeto para se despojar o Brasil dos títulos de honra, e de emancipação, que havíamos recebido

do Senhor Dom João VI durante a sua residência entre nós”. Vendidos a preços módicos de 80 e 320 réis, os panfletos custavam o mesmo que uma garrafa de aguardente no país da cana-de-açúcar. Destinavam-se esses panfletos, portanto, a constituir amplo público e a disseminar o novo vocabulário político que se transformaria de burburinho dos salões à voz geral das ruas. Os manifestos, porém, mantinham-se nos lindes das garantias outorgadas pelo próprio Império lusitano como o patrimônio a ser defendido do ataque das Cortes de Lisboa. Enunciava-se a regeneração política calcada na constitucionalização da monarquia e concebiam-se o poder Executivo como “a guarda vigilante das Leis” e da “felicidade dos povos”.

De acordo com os organizadores, os capixabas não constituíram exceção dentre os panfletários do Império. A aceitação da monarquia e a veneração da figura de D. João VI foi aspecto geral entre os documentos. Não se localizou um só dos folhetos que trouxesse a defesa da República. O tema da recolonização adotava linguagem virulenta contra as Cortes de Lisboa que, como descrito por Manuel Sampaio, enviara “envenenado presente de déspotas opressores”. E, segundo Mar-

celino Duarte, “era bem de supor que se arranjassem todos os planos para o [Brasil] privarem da coroa, de todas as suas atribuições e darem-lhe um pobre chapéu de grosseira palha”. Interpretavam, portanto, os capixabas, que qualquer recuo na condição do Brasil elevado a Reino Unido por D. João VI significaria volver à subalternidade semelhante à humilhação do exclusivo colonial.

Embora, neste artigo, tenha me cingido aos temas discutidos por Marcelino Duarte e Manuel Sampaio, a coletânea recobre conjuntura mais ampla. Os documentos selecionados abarcam também a conjuntura de adesão dos brasílicos ao constitucionalismo de regeneração de Portugal, com autores manifestando entusiasmo com as Cortes de Lisboa. Esses ideais revolucionários europeus, trazidos pelos ventos oceânicos, tocaram também a costa do Espírito Santo, cujo acendimento pela agitação política resultou na eleição de João Fortunato Ramos dos Santos para representar a capitania nas Cortes de Lisboa em 1820. Curiosamente, há registro do padre Marcelino Duarte como compromissário para escolha do representante da terra. Como esclarecem os organizadores da coletânea, o constitucionalismo ganhou cores separa-

tistas à medida que as Cortes de Lisboa tomavam decisões contrárias aos interesses do Brasil. Ocorrida a Independência, o constitucionalismo se transformou, dessa feita, na garantia da liberdade do exercício da política no novo país. Tais inovações foram plantadas e propaladas em folhetos impressos dos dois lados do Atlântico. Entre os anos de 1820 a 1823, centenas de impressos operaram verdadeiras transformações do vocabulário político em nosso solo, agora oportunamente compilados pelos organizadores de Guerra Literária, obra que marca época na pesquisa histórica sobre a Independência do Brasil.

**Adriana Campos**é professora de História na Ufes. [acampos.vix@gmail.com](mailto:acampos.vix@gmail.com)**Guerra Literária: Panfletos da Independência (1820-1823)**

José Murilo de Carvalho, historiador e autor da obra ao lado de Lúcia Bastos e Marcello Basile, estará em Vitória para o lançamento do livro. O evento será no Salão São Thiago do Palácio Anchieta, na próxima quarta-feira (11). Às 19h haverá uma mesa-redonda. Às 20h, o lançamento do livro. O Palácio Anchieta fica na Praça João Clímaco, s/n, Cidade Alta, Centro, Vitória.